

A edição de número 75 do boletim *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise* (BMT) traz uma série de textos que abordam temáticas diversas relacionadas ao universo do trabalho no Brasil. Primeiramente, essa edição contém o tradicional texto de *Análise do mercado de trabalho*, que analisa a conjuntura laboral recente a partir de um conjunto de indicadores principais do mercado de trabalho brasileiro, com horizonte temporal até o final do terceiro trimestre de 2022. Conta também com as três seções costumeiras de textos, com a participação de pesquisadores de diferentes instituições do país, quais sejam: *Notas técnicas*; *Política em foco*; e *Economia solidária e políticas públicas*.

A seção *Notas técnicas* é formada por três textos. No primeiro deles, *O comportamento de admissões e desligamentos para o ajuste do emprego nas firmas formais brasileiras*, os autores Carlos Henrique Corseuil, Miguel Nathan Foguel, Gabriela Carolina Rezende Padilha e Felipe Mendonça Russo investigaram as decisões das empresas em como ajustar seu nível de emprego a partir de dois objetivos principais. O primeiro consiste em investigar a importância relativa de cada margem de ajuste para diferentes níveis de intensidade de ajustes do emprego, ou seja, as importâncias relativas do desligamento voluntário e involuntário nessas mesmas magnitudes hipotéticas de crescimento do emprego. Em seguida, buscou-se analisar como essa importância relativa varia nas distintas fases do ciclo econômico.

No segundo texto da seção, *O crédito a micro, pequenas e médias empresas no Brasil durante a pandemia de covid-19 entre 2019 e 2021*, Luca Simmer Oliva Boligan e Norberto Montani buscaram fornecer um quadro ampliado acerca do mercado de crédito a micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) no Brasil durante a pandemia de covid-19, a partir da base de dados do DataSebrae, ainda pouco explorada em outros trabalhos para o tratamento desse objeto. O foco nas MPMEs se justifica devido às especificidades dessas firmas no que se refere à sua inserção no mercado brasileiro de crédito. Por sua vez, o recorte temporal no período da pandemia se justifica pela sua peculiaridade histórica, com impactos diferenciados na dinâmica econômica brasileira.² Em termos de resultados, os autores identificaram que a demanda por crédito não se reduziu durante o período de retração cíclica, mas, sim, se expandiu, o que demonstra certa relevância nos programas direcionados de crédito durante a pandemia no país.

No último texto da seção *Notas técnicas*, intitulado *Evolução da sobre-educação no mercado de trabalho no Brasil entre 2012 e 2022: primeiros resultados*, Sandro Sacchet de Carvalho e Maurício Cortez Reis descrevem os primeiros resultados de uma pesquisa que investiga a evolução e as características da sobre-educação no mercado de trabalho brasileiro no período recente (entre 2012 e 2022), referentes à distribuição educacional e entre

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt75/apresentacao>

2. SILVA, S. P.; CORSEUIL, C. H.; COSTA, J. (Org.). *Impactos da pandemia de covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil*. Brasília: Ipea, 2022.

setores de atividade e grupos ocupacionais dos sobre-educados. Os autores identificaram o crescimento da proporção de trabalhadores sobre-educados (e, conseqüente, a queda de subeducados), e que tal crescimento fora mais intenso entre trabalhadores com ensino médio completo. Contudo, o comportamento observado entre diferentes setores e grupos ocupacionais foi bastante diverso.

A seção *Política em foco* é composta por quatro artigos. No primeiro texto, intitulado *Parentalidade e divisão do trabalho de cuidados: o Programa Emprega + Mulheres e suas potenciais beneficiárias*, Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa e Joana Simões Costa analisam os principais pontos do Programa Emprega + Mulheres, no intuito de quantificar o grupo de mães que potencialmente serão beneficiadas por ele. Segundo as autoras, o programa compreende um conjunto de medidas que têm como objetivo aumentar a empregabilidade da mulher, aprimorando a legislação referente à conciliação entre maternidade e trabalho remunerado. A lei que o instituiu estabelece medidas que avançam no apoio à parentalidade e nos incentivos institucionais à mudança da distribuição de tarefas domésticas entre homens e mulheres. Tendo em vista a maior responsabilização do trabalho de cuidado pelas mulheres, a ideia é redistribuir o trabalho de cuidado para aumentar a disponibilidade ao mercado de trabalho das mulheres que são mães, especialmente as com filhos na primeira infância.

No segundo texto da seção, denominado *Impactos do Programa Nacional de Alimentação Escolar sobre o emprego e a permanência no campo de agricultores familiares em Santa Catarina*, Lillian de Pellegrini Elias, Pedro Gilberto Cavalcante Filho, Marcelo Pereira da Cunha e Walter Belik se propuseram a investigar a contribuição das compras públicas de alimentos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na geração de trabalho e renda para a agricultura familiar. O estudo se apoia em análise quantitativa a partir da matriz insumo-produto brasileira de 2015 e de um levantamento qualitativo no estado de Santa Catarina no mesmo ano. A agricultura catarinense foi selecionada como objeto para dar suporte qualitativo à análise em função da ampla presença de agricultores familiares, da heterogeneidade na distribuição de renda entre eles e de uma migração para o urbano, fatores que reforçam o potencial de aproveitamento da política pública em questão.

Em *Condicionantes da aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar: uma análise comparativa em dois municípios paraenses*, Fábio Alves, Sandro Pereira Silva, Alexandre Arbex Valadares e Lillian Bastian investigaram os fatores condicionantes para o grau de desempenho relacionado à aquisição de alimentos da agricultura familiar no âmbito do PNAE em dois municípios do estado do Pará: Ourém e Santa Izabel do Pará. De acordo com os autores, em que pese o contraste no cumprimento do dispositivo legal de inclusão da agricultura familiar no fornecimento de alimentos para os estudantes da rede pública, em ambos os municípios analisados, a pesquisa permitiu identificar uma série de fatores positivos que a relação da entrada dos produtores familiares no PNAE tem proporcionado a seus territórios, como o retorno de jovens ao campo, a expansão das áreas reservadas ao cultivo de alimentos e o aumento de renda das famílias.

O texto que encerra a seção, de autoria de André Gambier Campos e Sandro Pereira Silva, intitulado *Impactos estruturais da reforma trabalhista de 2017 sobre sindicatos de trabalhadores no*

Brasil, buscou problematizar a mudança institucional implementada pela Lei nº 13.467/2017, conhecida como reforma trabalhista, sobretudo em seus aspectos relacionados à esfera da representação coletiva dos trabalhadores. As alterações decorrentes desse novo marco normativo impuseram uma transformação estrutural considerável sobre a dinâmica sindical brasileira, especialmente quanto aos mecanismos tradicionais de financiamento das entidades sindicais, o que compromete seriamente sua capacidade de prestação de serviços essenciais às suas respectivas bases sociais, como no caso dos serviços de mobilização laboral e contratação coletiva.

Esta edição do BMT é encerrada pela seção *Economia solidária e políticas públicas*, que traz outros cinco artigos. O primeiro deles, de autoria de Patricia Carvalho Vieira, cujo título é *A política dos centros públicos de economia solidária da Bahia: um estudo sobre as condições de sustentabilidade*, propõe discorrer sobre a política dos centros públicos de economia solidária (Cesols), do governo estadual da Bahia, que são definidos como equipamentos públicos de assistência técnica aos empreendimentos econômicos solidários (EES). O objetivo foi compreender como estão articuladas as condições que pretendem promover a sustentabilidade dos EES, analisando as propostas e concepções orientadoras das ações dos Cesols, bem como cotejando os seus desdobramentos em face dos desenhos institucional e territorial da política. A autora conclui que, embora a política dos Cesols seja relevante e articule condições que podem contribuir para a sustentabilidade dos EES, elas não se apresentam como suficientes, tampouco podem ser consideradas plenamente efetivas. Há fatores institucionais e políticos com efeito limitante que diminuem a amplitude e o alcance das ações desenvolvidas.

Bruno Siqueira Fernandes, Gabrielle Lima Silva, Gabriel Henrique Almeida, Lucas Fernandes Barbosa, Sibelle Cornélio Diniz e Thiago Neves Silva, no artigo *Elaboração do índice de desenvolvimento inclusivo para cooperativas solidárias*, apresentam a elaboração e os resultados do Índice de Desenvolvimento Inclusivo para Cooperativas Solidárias (IDICS), com o objetivo de mensurar a capacidade de inclusão de mulheres e jovens nas trinta cooperativas de agricultura familiar filiadas à União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de Minas Gerais (Unicafes/MG).

O terceiro artigo, intitulado *Economia dos setores populares: trabalho, inserção social e cidadania*, é escrito por Gabriel Kraychete e Vinicius Gonçalves. O texto tem por objetivo colocar em evidência, do ponto de vista teórico e prático, as peculiaridades de uma realidade social que se expressa sob a forma de uma economia dos setores populares, e as implicações dessa abordagem conceitual para a proposição de políticas de inserção social pelo trabalho. Tal objetivo de análise se coloca para além das ações tradicionais voltadas tanto para a integração via emprego assalariado, quanto para a formalização dos trabalhadores da economia popular, como se houvesse uma identidade entre a dinâmica dessa economia e a economia empresarial. Em consonância com essa abordagem, os autores realizam um tratamento das informações de pesquisas domiciliares, objetivando captar, de forma aproximada, a dimensão dessa economia dos setores populares e as suas características nos espaços urbanos.

A seção *Economia solidária e políticas públicas* segue ainda com o texto *Mulheres catadoras de materiais recicláveis: condições de vida, trabalho e estratégias organizativas no Brasil*, de Adriana Cristina Xavier Deiga Ferreira, Ronalda Barreto Silva e Roberto Marinho Alves da

Silva. O autores analisaram os desafios que se colocam no cotidiano das mulheres catadoras de materiais recicláveis no Brasil para a conquista de reconhecimento político, considerando a interseccionalidade de classe, raça e gênero no contexto da sociabilidade capitalista em que vivem e trabalham. Com isso, buscam contribuir para esse debate, ao agregar reflexões sobre as estratégias políticas e organizativas construídas por essas trabalhadoras para enfrentar formas históricas e estruturais de exploração econômica e de exclusão social.

Por fim, o último artigo da seção, intitulado *Negócio de impacto social com gestão de economia solidária: um estudo de caso brasileiro da rede justa trama*, de autoria de Márcia Lima Santos de Cezere, Ana Clarissa Matte Zanardo dos Santos e Ana Clara Aparecida Alves de Souza, teve como objetivo desenvolver uma investigação de caráter qualitativo com diferentes atores envolvidos com negócios de impacto social, abarcando todo o território brasileiro, mais especificamente em Porto Alegre-RS, Tauá-CE, Pará de Minas-MG, Porto Velho-RO e Ponta Porã-MS. As autoras destacam a observância de impactos sociais, ambientais e econômicos, ressaltando, adicionalmente, a presença dos princípios da economia solidária na gestão dos empreendimentos analisados.